

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública Municipal (Sintap) de Mogi das Cruzes e Guararema

Após pressão, Sintap arranca REAJUSTE DE 6,4% AOS SERVIDORES

Mesmo aquém dos 15% pleiteados, valor representa avanço; índice é composto pelo IPC de 5,2% mais 1,2% de aumento real e também contempla funcionários da Câmara e do Sema

Após forte pressão do movimento sindical e da intensa luta que começou há três anos, a Prefeitura de Mogi atendeu parte das reivindicações do Sintap e garantiu o reajuste de 6,4% aos servidores mogianos. A medida também beneficia funcionários da Câmara e do Sema. O índice de 6,4% é composto pelo IPC, que é de 5,2%, como determina a legislação, acrescido de 1,2% de aumento real.

Mesmo aquém dos 15% de aumento real pleiteado pelo Sintap, a diretoria do Sindicato considera o índice concedido um avanço para a categoria, uma vez que a pauta de reivindicações sempre foi negada e ignorada pela administração municipal.

Entre outros pedidos feitos pelo Sintap estão a isenção do desconto

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

- ▶ 15% de aumento real + IPC
- ▶ Equiparação do salário de agente social e enfermeiros
- ▶ Pagamento de periculosidade para os Guardas Civis Municipais
- ▶ Pagamento de insalubridade
- ▶ Vale-alimentação de R\$ 250
- ▶ Vale-refeição de R\$ 350
- ▶ Faltas abonadas (sete por ano)
- ▶ Isenção do desconto de 6% do vale-transporte para servidores municipais

de 6% referente ao vale-transporte aos servidores municipais, faltas abonadas, vale-alimentação de R\$ 250, vale-refeição de R\$ 350, equiparação do salário de agente social e dos enfermeiros, pagamento de periculosidade para os Guardas Civis Municipais

(veja na página 4) e o adicional de insalubridade aos servidores que se enquadram nesta condição.

O Sintap ainda contribuiu com o aumento de mais de 40% nos salários dos fiscais tributários, que foi estendido aos fiscais do Sema.

Sindicato ganha ações de Quinquênio e Licença Prêmio

O Sintap conseguiu mais uma importante vitória para os servidores mogianos nas ações individuais referentes ao quinquênio (reajuste de 5% a cada cinco anos) e a Licença-Prêmio (três meses de férias concedidas a cada quinquênio), que foram consideradas procedentes pela Justiça em primeira instância.

Os pedidos começaram a chegar à diretoria do Sindicato depois que mais de 170 servidores celetistas que atuam no Sema passaram a receber o quinquênio e a Licença-Prêmio.

A conquista obtida em 2013 foi resultado de um processo coletivo ingressado pelo Sintap. Outros servidores que desejam entrar com o pedido na Justiça podem procurar o departamento Jurídico do Sindicato.

“Como a administração municipal conta com mais de 1,5 mil servidores CLT, é justo que os mesmos e não somente os funcionários do Sema recebam o benefício. Afinal, todos são servidores do mesmo município. Estamos à disposição dos trabalhadores para auxiliar no que for necessário”, diz a diretoria.

Tia do prefeito é suspeita de receber gratificação que chega a 74% do salário

Uma denúncia encaminhada ao Sintap aponta que uma tia do prefeito Marco Bertaiolli (PSD) que atua na administração municipal tem uma gratificação que chega a 74% do salário, o que não acontece com os demais funcionários da Prefeitura, mesmo tendo assegurado o benefício no Estatuto do Servidor Público.

A informação consta no holerite da servidora, que foi deixado debaixo da porta do Sindicato em um envelope anônimo.

De acordo com a diretoria do Sintap, não é justo que enquanto muitos servidores precisam se organizar em greve para conseguir um salário um pouco melhor, outros tenham tratamento diferenciado apenas pelo grau de parentesco com o chefe do Executivo mogiano:

“O que questionamos são os critérios adotados pela administração para conceder uma gratificação tão boa à tia do prefeito, enquanto os demais

funcionários não contam com nenhum benefício. Até mesmo as garantias estabelecidas na legislação são descumpridas pela Prefeitura. O episódio deixou claro que em Mogi só consegue uma remuneração melhor aqueles que estão próximos de quem detém o poder. Defendemos que o mesmo critério adotado com a tia do prefeito seja utilizado aos demais servidores para assim garantir maior transparência nos atos da administração pública”, diz a diretoria.